

João Pessoa, 4 a 10 de janeiro de 2016• Nº 2 - Ano XIV

Assembleia Extraordinária discute data-base

A categoria fiscal realiza assembleia geral extraordinária, na próxima quinta-feira (14), às 17h, na sede do Sindifisco-PB. Serão deliberadas as ações diante da falta de diálogo, por parte do Governo, em relação aos problemas do Fisco, especialmente o reajuste com data-base em janeiro.

Desde outubro último, o Sindifisco-PB encaminhou ofício ao Governo e à Secretaria da Receita solicitando a mesa de negociação para debater a proposta aprovada em assembleia. Porém, mesmo com toda a disposição reafirmada pela categoria fiscal para dialogar, nenhuma resposta foi recebida, situação que a classe fiscal não aceita, pois somente com diálogo é possível solucionar os problemas.

ICMS de 2015: queda por falta de valorização do Fisco

A Paraíba encerrou o ano com mais um mês de baixa na arrecadação do ICMS. Em dezembro último foi arrecadado R\$ 384 milhões, enquanto no mesmo mês de 2014, arrecadou-se R\$ 399 milhões, ou seja, R\$ 15 milhões a menos.

Confirmou-se a tendência de queda do ICMS iniciada no segundo semestre de 2015 que, por falta de planejamento e valorização do Fisco, manteve-se nos meses seguintes. Resultado: fechou-se o ano com o crescimento de apenas 3% em relação a 2014, para uma inflação em 2015 estimada em quase 11%.

É possível avaliar o real impacto da queda do ICMS tomando como base a arrecadação de 2014 em relação a 2013, cujo incremento foi de R\$ 608 milhões, enquanto o de 2015 em relação a 2014 ficou em somente R\$ 148 milhões.

A Paraíba pode reverter essa realidade. Os auditores fiscais seguem empenhados nas suas atribuições de arrecadar. No entanto, é preciso o Governo fazer a parte dele, investindo e dialogando para resolver os problemas do Fisco.

Ato dos servidores no Palácio da Redenção

Conforme deliberação da última reunião, as entidades do Fórum dos Servidores protocolam novamente solicitação de audiência com o Governador para discutir o reajuste das categorias, em face da data-base.

A entrega do documento acontece nesta segunda-feira (11), às 10h. As entidades salientam que as perdas salariais já ultrapassam os 30%, o que vem gerando um desestímulo entre os servidores e, conseqüentemente, queda na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Na mesma reunião, foram avaliados os números das finanças do Estado que desmistificam o discurso do Governo acerca da falta de recursos. Ou seja, dinheiro tem, porém está sendo mal gerido, haja vista despesas excessivas com comissionados, prestadores de serviços e “codificados”, que podem ultrapassar os R\$ 600 milhões. Um verdadeiro inchaço na folha de pessoal. E o servidor sem reajuste que, no mínimo, compense a inflação.

Dialogar em benefício da sociedade

É notória a má vontade do Governo do Estado quando se trata das questões do serviço público e dos servidores. Conseqüentemente, a população sente a queda na qualidade dos serviços, a exemplo da segurança, saúde, educação, entre outros.

Desde 2011, o Sindifisco-PB vem alertando o Governo para que dialogue com a categoria fiscal. De 2011 a 2014 a arrecadação de ICMS cresceu 74%, para uma inflação acumulada de 27%. Certamente, se houvesse diálogo, o incremento teria números bem maiores. Em 2015, ficou mais evidente essa má vontade com o Fisco Estadual. A falta de entendimento refletiu-se nesse ano de crise, quando a arrecadação apresentou queda substancial, que poderia ter sido evitada, caso não houvesse os conflitos gerados pela SER e pelo próprio Governo.

Para 2016, a expectativa é que a economia não reaja. Espera-se que o Governo reflita profundamente sobre essa postura intransigente e sente à mesa e dialogue com o objetivo de resolver os problemas do Fisco. A sociedade será a maior beneficiada.

Futuras aposentadorias em risco

Os advogados das entidades do Fórum dos Servidores se reunirão nesta semana para preparar a ação direta de inconstitucionalidade contra a lei, aprovada na ALPB, que autoriza o Governo a usar os recursos do Fundo Previdenciário dos Servidores.

Os recursos só podem ser usados para pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores que ingressaram no serviço a partir de 2012, sendo vedada, portanto, a utilização para outros fins, inclusive pagar aposentadorias e pensões anteriores a esta data. Além de ilegal e inconstitucional, se apossar desses recursos comprometerá a futura aposentadoria dos servidores que ingressaram a partir de 2012. O Governo não deve, nem pode resolver os problemas do Estado agindo ilegalmente. O bom gestor é aquele que resolve os problemas do presente sem comprometer o futuro.